

A stack of film reels is shown on a light-colored, textured surface. The reels are arranged in a slightly overlapping manner, with the top reel being the most prominent. The lighting is soft, creating gentle shadows and highlighting the circular patterns on the reels. The overall tone is warm and neutral.

ARTIGO LIVRE

**UM ESTUDO SOBRE A
SEÇÃO DE FILMES DO
ARQUIVO NACIONAL: A
TRAJETÓRIA DO SETOR
RESPONSÁVEL PELO
TRATAMENTO TÉCNICO DE
FILMES E VÍDEOS**

Walmor Martins Pamplona

*Doutorando em Ciência da Informação pela
Universidade de Coimbra. Mestre em Gestão de
Documentos e Arquivos (PPGARQ/UNIRIO).*

Resumo

O tema e o objeto de estudo da dissertação “Documentos audiovisuais nos arquivos: um estudo sobre a trajetória da Seção de Filmes do Arquivo Nacional” (PPGARQ/UNIRIO), que deu origem a este artigo, são inéditos e ganham relevância, no momento em que a preservação de filmes e vídeos no país vive grandes desafios. Para descrever e analisar fatos e contextos, fez-se ampla pesquisa documental em relatórios, mensários, publicações, instrumentos de pesquisa e organogramas. Para preencher lacunas, realizou-se uma série de entrevistas, com base na História Oral, com alguns dos atores do processo de institucionalização do audiovisual, no Arquivo Nacional. O conceito de audiovisual, adotado pela pesquisa, pressupõe imagens em movimento, com som ou não, o que abarca documentação filmográfica e videográfica, a mesma premissa adotada pelo objeto de estudo — o setor que dá tratamento e acesso a filmes e vídeos, na principal instituição arquivística do país, em nível federal. Uma revisão bibliográfica dá consistência a uma pesquisa embasada em fontes, referências e narrativas.

Palavras-chave: tratamento arquivístico; documentos arquivísticos audiovisuais; seção de filmes; Arquivo Nacional.

Abstract

The theme and object of study of the dissertation “Audiovisual documents in the archives: a study on the path of the Film Section of the National Archives” (PPGARQ/UNIRIO) are unprecedented and gain relevance, at a time when the preservation of films and videos, in Brazil, faces great challenges. In order to describe and analyze facts and contexts, extensive documentary research was carried out in reports, publications, research instruments and organizational charts. To fill in gaps, a series of interviews were carried out, based on Oral History, with some of the actors of the audiovisual institutionalization process, at the National Archives. The concept of audiovisual, adopted by the research, presupposes moving images, with sound or not, which includes film and video documentation, the same premise adopted by the object of study — the sector that provides treatment and access to films and videos, in the main archival institution in the country, at the federal level. A transdisciplinary literature review gives consistency to research based on sources, references and narratives.

Keywords: audiovisual, audiovisual archives, Film Section, Brazilian National Archives.

1 Introdução

O objeto de estudo da pesquisa é a Seção de Filmes (SF) do Arquivo Nacional (AN) e a experiência no tratamento técnico do acervo audiovisual, sob sua guarda. O resultado constitui-se em um estudo sobre como foram tratados esses documentos, em que condições e a partir de que tradições, ou seja, com base em que referências preexistentes, com que instrumentos e visões, a partir de que cenários político-institucionais.

Tal pesquisa pressupõe que a história dos métodos e práticas adotados, ao longo da trajetória do setor audiovisual do AN, pode se tornar uma referência importante para qualquer profissional ou pesquisador, traduzindo-se num ponto de partida para o

tratamento de acervos audiovisuais, não importa se públicos ou privados. Uma análise dessa trajetória lança luz sobre uma memória de atuação técnica importante de ser sistematizada, divulgada e discutida, como forma de refletir sobre o tratamento desses arquivos.

Pressupõe-se ainda que documentos arquivísticos audiovisuais exigem um tratamento que contemple as especificidades da documentação audiovisual. Os audiovisuais são documentos gerados a partir de uma variedade de documentos anteriores — roteiros de cena e filmagem, cronogramas de produção, autorizações prévias, contratos, orçamentos etc. —, ao mesmo tempo que são geradores de outros docu-

mentos — sinopses, peças promocionais, trailers, fotografias etc., com uma ampla diversidade de tipos, em seus processos de criação e produção.

Documentos audiovisuais apresentam ampla variedade de suportes que, por sua vez, geram múltiplos formatos. Filmes (material emulsionado), vídeos (base magnética) e formatos digitais; transmissões de TV, videogames e outros registros de imagens em movimento têm suscitado, entre os profissionais que refletem sobre esses acervos, que dão tratamento e acesso a eles, questões quanto à maneira de selecioná-los, de tratá-los, numa perspectiva de entendimento de quais serão seus usos e usuários. Outro ponto delicado é a preservação tanto dos documentos, diante da facilidade de degradação física e química, quanto dos dispositivos essenciais para reproduzir tais documentos (PAMPLONA, 2020).

Vale elucidar que não serão abordados documentos com base na imagem como meio de informação, a exemplo dos documentos iconográficos, cartográficos etc. A investigação debruça-se sobre aqueles documentos, e respectivos arquivos, que contenham imagens em movimento, sonorizadas ou não, não importa o suporte, ou formato, abrangendo analógicos e digitais.

Este estudo justifica-se pela ausência de trabalhos com foco no Arquivo Nacional e sua atuação na área dos arquivos de filmes e vídeos. Embora não sejam consideradas instituições arquivísticas, outras duas entidades de guarda de acervos audiovisuais já foram abordadas por trabalhos acadêmicos. A Cinemateca Brasileira é objeto de estudo da tese do pesquisador Carlos Roberto de Souza (2009): “A Cinemateca Brasileira e a preservação de filmes no Brasil”. Já a Cinemateca do MAM-RJ é tema da dissertação do pesquisador José Luiz de Araújo Quental (2010), “A

¹ Entidade encarregada de colecionar, armazenar e conservar documentos cinematográficos, sem levar em consideração sua proveniência ou seu valor arquivístico. Também é responsável pelo atendimento a usuários que queiram assistir aos filmes, e que são projetados em sessões especiais; biblioteca de filmes, documentação cinematográfica (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 101).

preservação cinematográfica no Brasil e a construção de uma cinemateca na Belacap: a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro”. Enquanto isso, nenhum estudo mais consistente sobre os arquivos audiovisuais do AN foi realizado.

A dissertação, a que se refere este artigo, representa contribuição relevante para a história da preservação audiovisual, no Brasil, ao estudar a instituição que, com a Cinemateca Brasileira (SP), e a Cinemateca do MAM-RJ, constitui o trio de membros brasileiros da Federação Internacional de Arquivos de Filmes (FIAF).

A pesquisa partiu da investigação documental e bibliográfica para dar embasamento à coleta de informações sobre a trajetória desse tratamento no Arquivo Nacional, servindo-se também dos depoimentos registrados. É uma pesquisa exploratória que procurou entender os processos institucionais e a evolução dos métodos, práticas e recomendações, aplicados à documentação audiovisual. Analisou documentos que registram a história arquivística dos documentos audiovisuais no arquivo corrente da instituição, entre outras fontes primárias.

2 Documento audiovisual: uma definição

Ray Edmondson, curador emérito do *National Film and Sound Archive*, arquivo audiovisual da Austrália, recorre ao “Glossário do direito de autor e dos direitos vizinhos” da Organização Mundial da Propriedade Intelectual para definir obra (documento) audiovisual:

Uma obra que apela simultaneamente à visão e à audição e que consiste numa série de imagens ligadas, acompanhadas por sons registrados em material adequado (fixação audiovisual), com o fim de ser representada por meio de instrumentos apropriados. A sua recepção é sempre feita por forma idêntica, diferentemente da representação de obras dramáticas que apelam à visão e à audição, por formas que

dependem da cena que se representa no momento. São exemplos de obras audiovisuais as obras cinematográficas com som e todas as obras expressas por processo análogo, tais como as produções de televisão ou qualquer reprodução de imagens com som registrado em fitas magnéticas, discos, e também obras que consistem em jogos de diapositivos acompanhados de sons (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL, 1983, p.16).

O glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros (CTDAIS), do Conselho Nacional do Arquivos, define documento audiovisual como “gênero documental integrado por documentos que contêm imagens, com finalidade de criar a impressão de movimento, associadas ou não a registros sonoros” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2014, p. 8), marco conceitual adotado por esta pesquisa. Mesmo não tendo som, os documentos de imagem em movimento se enquadram no conceito de documento audiovisual, de acordo com um ponto de vista em que as imagens em movimento prevalecem como pré-requisito, o que acaba por excluir os documentos somente sonoros ou fonográficos.

O australiano Ray Edmondson, em sua obra “Arquivística audiovisual: filosofia e princípios” (EDMONDSON, 2017), discute com profundidade o tema e defende a importância do patrimônio audiovisual dentro do contexto da preservação e do acesso.

Os documentos audiovisuais são tão importantes — em alguns casos mesmo mais importantes — quanto outros tipos de documentos e artefatos. A relativa novidade de sua invenção, seu caráter frequentemente popular e sua vulnerabilidade às rápidas mudanças tecnológicas não diminuem sua importância. Sua conservação e o acesso a eles devem ser garantidos, assim como os recursos necessários para isso. O custo e a complexidade de financiamento dessas atividades não devem ser usados como óbice econômico para que não sejam realizadas (EDMONDSON, 2017, p. 9).

Quanto à atividade em si, Edmondson (2017) não poderia ser mais preciso:

A arquivística audiovisual é, então, um campo que abarca todos os aspectos da guarda e recuperação de documentos audiovisuais, a administração dos locais onde eles são guardados e das organizações responsáveis pela execução dessas tarefas. Ela adquiriu suas próprias gradações particulares à medida que se desenvolveu e à medida que os termos preservação e acesso, no seu âmbito, ganharam significados particulares (EDMONDSON, 2017, p. 19).

Ao comentar a terceira edição de sua obra, ele faz uma análise conjuntural da atividade e vislumbra um futuro desejado, sendo indiscutível a importância do pensamento de Edmondson:

A terceira edição desta obra é bastante diferente da que a antecedeu, porque os anos entre elas foram ricos em mudanças e aprendizagem. A mudança para a tecnologia digital reformatou a prática da preservação e a natureza do acesso. A tipologia dos arquivos audiovisuais expandiu-se. O leque das habilidades necessárias ampliou-se. A filosofia e os princípios da arquivística audiovisual serão sempre uma obra em processo. Talvez, quando outra versão, qualquer que seja, substitua a presente edição, haja ficado para trás uma parte da atual desigualdade na distribuição de recursos que afeta os arquivos audiovisuais e a tarefa esteja mais bem compartilhada e apoiada de maneira mais uniforme em todo o mundo. Tenhamos essa fervorosa esperança e lutemos para que assim aconteça (EDMONDSON, 2017, p. 82).

Como vamos tratar do recorte definido em torno dos arquivos audiovisuais públicos, faz-se necessário examinar os aspectos normativos e jurídicos da matéria no Brasil, tal como a Resolução nº 41, do Conselho Nacional de Arquivos, que estabelece diretrizes sobre o tema para os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR):

§ 1º Implementar política de gestão arquivística de documentos integrando todos os gêneros documentais, incluindo os audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais, independentemente do formato e do suporte em que estão registrados, por meio da classificação e avaliação arquivística, bem como dos procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação e uso (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2014).

O presente trabalho busca discutir o tratamento dos arquivos audiovisuais, que está na raiz da criação da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros (CTDAIS), do CONARQ:

Considerando a inexistência de uma terminologia própria e normalizada referente à documentação audiovisual, iconográfica e sonora, que o tratamento técnico desses documentos carece de metodologia específica, que as instituições arquivísticas e não arquivísticas não possuem critérios definidos e padronizados de avaliação dessa documentação, que a descrição arquivística referente a esses documentos necessita de especificidades próprias e que esses documentos, por possuírem características particulares, necessitam de procedimentos específicos para sua guarda e preservação, foi criada a CTDAIS (SIQUEIRA, 2016, p. 20).

Aprofundando ainda um pouco mais a discussão, o estudo pretende contribuir para preencher as lacunas identificadas por Siqueira (2016):

Embora o número de pesquisas sobre documentos visuais e sonoros no âmbito da arquivística esteja em crescimento quantitativo e qualitativo, ainda são poucas as reflexões que fogem do lugar comum de estudos de caso ou relativos à preservação dos mesmos. Análises sobre a percepção de tais documentos inseridos no contexto orgânico da produção e acumulação de um determinado produtor, no qual desempenham funções decorrentes de atividades

específicas imbricadas na inter-relação com outros documentos, ainda são escassas e, normalmente, sem profundidade científica (SIQUEIRA, 2016, p. 30).

Portanto, o documento audiovisual arquivístico, ao qual a Seção de Filmes, objeto deste estudo, dedica seu trabalho, é entendido como aquele que contém imagens em movimento, acompanhadas de som ou não, produzido em ambiente analógico ou digital.

3 Seção de filmes do Arquivo Nacional: 40 anos de atuação

É na década de 1980 que a Seção de Filmes começa a dar tratamento a filmes e vídeos, no âmbito do AN. O marco transformador é o início do recolhimento, em 1982, do fundo Agência Nacional², extinta agência de notícias federal, resultado da iniciativa da então diretora-geral, Celina Vargas, que liderava um processo de modernização na instituição, à época.

O impacto do recolhimento da Agência Nacional fez a SF atuar efetivamente no que previa o regimento de 1958, o primeiro que citou a seção: gerenciar documentos fílmicos e videográficos de valor histórico. Ou seja, somente após 24 anos guardando microfilmes, a SF passou a fazer o que aquele regimento previa.

Outra marca desta década é o recrutamento e a capacitação, no Brasil e no exterior, de profissionais que assumiram a responsabilidade pelo tratamento de filmes e vídeos. Esse diálogo com experiências anteriores, no Brasil e no mundo, permitiu que os pioneiros sedimentassem métodos e procedimentos próprios, de acordo com as demandas institucionais

² Quando recolhidos, os fundos Agência Nacional e Empresa Brasileira de Notícias (EBN) confundiam-se, mas acabaram separados conforme o tratamento avançou. Em relação ao fundo EBN, o respectivo catálogo ficou disponível em 2000. São sete filmes, inicialmente agregados ao conjunto do acervo da Agência Nacional (ARQUIVO NACIONAL, 2002, p. 7). O catálogo do fundo Agência Nacional reúne 694 filmes — em sua maioria, cinejornais que, por sua vez, contêm diversas reportagens de época (ARQUIVO NACIONAL, 1989, p. 27).

específicas. Esse período conheceu muitos avanços no tratamento técnico do acervo de filmes, tanto no que tange à sua conservação e preservação, quanto em relação ao tratamento da informação identificada a partir do material recolhido.

A década de 1990 significou o amadurecimento do setor de filmes e vídeos, na qual estiveram, em debate institucional, questões atinentes à preservação do acervo, pontualmente o controle da climatização do depósito; à formação de uma comissão de avaliação, visando à eliminação de filmes irrecuperáveis; e aos diálogos com a Cinemateca Brasileira (SP) e a Cinemateca do MAM-RJ, para a construção de recomendações e diretrizes próprias, voltadas às peculiaridades do acervo de filmes, assentadas nos princípios arquivísticos. Destacamos, nesse período, a chegada do acervo da TV Tupi³ e do fundo César Nunes⁴.

Os dez anos seguintes da equipe responsável pelo tratamento de filmes e vídeos do Arquivo Nacional — os anos 2000 — foram marcados por dois acontecimentos transformadores. O primeiro deles é a crise da Cinemateca do MAM-RJ, que fez com que, a partir de 2002, até 2005, o AN fosse inundado por uma profusão de obras cinematográficas de produtores e diretores do cinema nacional. Com esses fundos, desembarcou na instituição o regime de comodato, sob o qual as obras continuam sendo propriedade privada, mesmo estando sob a responsabilidade de tratamento do Arquivo Nacional. O outro

episódio marcante da década é a realização de um concurso público, em que a chegada de novos servidores foi a base de uma importante reconfiguração na equipe do setor. Entre outros fatos que merecem destaque, está a chegada de uma geração de instrumentos de pesquisa dos acervos à Sala de Consultas da instituição, para acesso.

O período mostra o aumento repentino do tamanho do acervo de filmes, sob a guarda do AN, decorrente da crise ocorrida na Cinemateca do MAM-RJ, em 2002. O concurso público, em 2005, representa a chegada de um importante reforço nos recursos humanos da instituição, tendo em vista as demandas de um acervo que aumentou muito, ao longo dos três anos anteriores. A experiência da Cinemateca Brasileira foi, mais uma vez, decisiva na capacitação da equipe de filmes e vídeos do AN, que acabava de ter suas responsabilidades aumentadas e aprofundadas com a crise do MAM-RJ. Mais um lote do fundo TV Tupi dá entrada no AN, em mais um capítulo do esforço pela preservação de tal patrimônio audiovisual. A chegada de uma geração de instrumentos de pesquisa colaborou para a ampliação do acesso ao acervo, finalidade basilar de uma instituição arquivística. Depois do MAM-RJ, quase 30 fundos deram entrada no AN.

Ao longo da segunda década do século XXI, o ambiente digital vem merecendo progressivamente mais atenção da equipe de filmes e vídeos do AN, principalmente no que se refere à digitalização de originais, em película ou em fita magnética, para fins de preservação e acesso. Os relatórios de atividades, nesse período, tiveram uma mudança importante. Os relatórios escritos, contemplando uma estrutura acadêmica consagrada, com introdução, desenvolvimento e conclusão, foram, em sua maioria, substituídos por planilhas, que identificam o fundo e a etapa de tratamento em que se encontra, nas diversas frentes de trabalho.

O ambiente digital é um dado de realidade incontornável para a equipe de imagens em movimento do AN, uma vez que filmar em suporte analógico é uma raridade hoje em dia. O equipamento e os

processos de produção e pós-produção audiovisuais mais acessíveis e viáveis financeiramente são os digitais, uma vez que hoje a revelação de filmes de acetato de celulose (tecnologia usada no filme original de câmera virgem, em ambiente analógico) e a geração de cópias em poliéster (tecnologia mais avançada de exibição e preservação analógicas) representam um nicho muito caro. Principalmente, levando em conta toda a simplificação e banalização dos meios de produção que as tecnologias digitais impuseram à cadeia produtiva do audiovisual. Daqui para a frente, a equipe a cargo dos documentos audiovisuais vai passar a receber cada vez mais documentos digitais do que analógicos, que tendem ao desaparecimento, prospectivamente.

O “Guia de Fundos e Coleções de Imagens em Movimento”, lançado no segundo semestre de 2020, representa um importante passo no controle do acervo e no acesso ao seu conteúdo.

De acordo com a apresentação do guia, o acervo sob custódia do AN é o segundo mais numeroso do país, com aproximadamente 50 mil latas de filme, 10 mil fitas vídeo-magnéticas e imagens em movimento digitais, sem elucidar quantidades quanto às

Trajetória institucional da área de filmes e vídeos, no âmbito regimental do AN		
Ato legal	Período	Estrutura: área/coordenação
Decreto Executivo nº 44.862	Entre 21/11/1958 e 15/10/1975	Seção de Filmes/ Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica
Portaria nº 600-B	Entre 15/10/1975 e 02/03/1977	Seção de Filmes/ Divisão de Documentação Audiovisual
Decreto Executivo nº 79.329	Entre 02/03/1977 e 25/09/1978	Seção de Filmes/ Divisão de Documentação Audiovisual
Decreto Executivo nº 82.308	Entre 25/09/1978 e 08/01/1991	Seção de Filmes/ Divisão de Documentação Audiovisual
Lei Ordinária nº 8.159	Entre 08/01/1991 e 08/04/1992	Seção de Documentos Sonoros, Cine e Vídeo/ Divisão de Documentos Audiovisuais e Cartográficos
Portaria nº 173	Entre 08/04/1992 e 17/08/1994	Setor de Documentos Sonoros, Cine e Vídeo/ Divisão de Documentos Audiovisuais e Cartográficos
Portaria nº 617	Entre 17/08/1994 e 04/07/2001	Setor de Documentos Sonoros, Cine e Vídeo/ Divisão de Documentos Audiovisuais e Cartográficos
Portaria nº 16	Entre 04/07/2001 e 24/10/2011	Seção de Documentos Sonoros e de Imagens em Movimento/ Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos – CODAC
Portaria nº 2.433	Entre 24/10/2011 e atualmente	Área de Imagens em Movimento/ Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos – CODAC
Portaria nº 583	Entre 13/11/2017 e atualmente	Equipe de Processamento Técnico de Documentos Audiovisuais, Sonoros e Musicais/ Coordenação de Documentos Audiovisuais, Cartográficos, Sonoros e Musicais – CODAC

Tabela 1 — Histórico regimental do setor de imagens em movimento.
Fonte: (SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL, [20--?]).

últimas. O guia objetiva ser um instrumento de pesquisa complementar ao Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), segundo diz a apresentação (ARQUIVO NACIONAL, 2020, p. 6).

O guia afirma abarcar a totalidade de fundos e coleções com imagens em movimento, sob a guarda do AN, à exceção daqueles que estão em processo de incorporação à instituição. O instrumento de pesqui-

3 “Conjunto de emissoras de televisão, inauguradas em setembro de 1950 em São Paulo, e em janeiro de 1951 no Rio de Janeiro. A TV Tupi de São Paulo foi a primeira emissora de televisão do país e da América do Sul. Pertencia aos Diários Associados, rede de empresas jornalísticas de Assis Chateaubriand. A Rede Tupi foi extinta em julho de 1980.” ALDÉ, Alessandra. **TV tupi**. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, [20--]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tv-tupi> Acesso em: 7 set 2020.

4 Aígor César Nunes iniciou, em 1940, a Produções Cinematográficas César Nunes Ltda., produtora de jornais cinematográficos e documentários. A empresa funcionou até a década de 1980, cobrindo eventos políticos, sociais e culturais do estado do Rio de Janeiro, em especial de Petrópolis e Niterói. ALVES, M.V.P. Uma proposta de tratamento do acervo César Nunes. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 69-82, jan./jun. 2003.

sa apresenta a estrutura a seguir: título, código de referência cadastrado no SIAN e forma de entrada (ARQUIVO NACIONAL, 2020, p. 7). Ao todo, são 165 fundos e coleções, dos quais 113 comodatos, 31 recolhimentos, 20 doações e um depósito (guarda temporária).

4 Considerações finais

Este trabalho ambiciona preencher uma lacuna identificada, por meio de investigação preliminar, que revelou não existir, anteriormente, um estudo acadêmico que descreva a trajetória da Seção de Filmes (seu primeiro nome), apreendendo, a partir da experiência do Arquivo Nacional, como se deu o tratamento do gênero documental audiovisual, no âmbito do principal ator institucional arquivístico do país. Tratou-se da construção de uma narrativa ao mesmo tempo descritiva e analítica, embasada por uma estrutura temporal cronológica linear sobretudo nos anos compreendidos entre a década de 1980, com a modernização do Arquivo Nacional e o ano da produção do estudo, 2020. Voltando a Cook (2018, p. 20), no texto em que afirma que o passado é prólogo, afirmamos que conhecer a forma como foram tratados esses documentos, sob que tradições arquivísticas ou referências externas à área de arquivos, com que instrumentos e visões, inseridos em que contextos político-institucionais, parece-nos caminho crucial para elaborarmos uma trajetória dessa experiência. Espera-se, com esta pesquisa, colaborar para atenuar a escassez de pesquisas nessa área.

Ao examinar a história dos métodos de tratamento adotados, no âmbito de uma trajetória do setor audiovisual do AN, esse estudo pode tornar-se uma referência para qualquer profissional ou pesquisador, traduzindo-se num ponto de partida para o entendimento de problemas centrais no tratamento de filmes e vídeos, não importa se públicos ou privados. Uma análise dessa trajetória lança luz sobre uma memória de atuação técnica importante, uma vez sistematizada, divulgada e discutida como forma

de ajudar a pensar tanto no presente quanto no futuro do tratamento desses arquivos.

Referências

- ALBERTI, Verena. Fontes Oraís. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-202.
- ALDÉ, Alessandra. *TV tupi*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, [20--?]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbe-tematico/tv-tupi> Acesso em: 7 set 2020.
- ALVES, M.V.P. Entrevista concedida a Walmor Martins Pamplona. Rio de Janeiro, 29 abril 2020. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "A" desta dissertação]
- ALVES, M.V.P. Uma proposta de tratamento do acervo César Nunes. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 69-82, jan./jun. 2003.
- ANCINE. *Termos técnicos cinema audiovisual*. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.ancine.gov.br/media/Termos_Tecnicos_Cinema_Audiovisual_28032008.pdf Acesso em: 3 set 2020.
- ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. Documentos Sonoros e de Imagens em Movimento. *Catálogo de Filmes da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002b.
- ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. Seção de Documentos Sonoros e de Imagens em Movimento. *Catálogo de Filmes do Fundo IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000b.
- ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. Área de Documentos Sonoros e de Imagens em Movimento. *Relatório de 2002*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. Área de Documentos Sonoros e de Imagens em Movimento. *Relatório de transição 2000-2002*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002a.
- ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. Área de Filmes. *Relatório 2004*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005a.
- ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. Área de Imagens em Movimento. *Relatório de atividades 2005*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005b.
- ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. Área de Documentos Sonoros e de Imagens em Movimento. *Relatório de 2002*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. *Relatório 2012*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais

e Cartográficos. Área de Imagens em Movimento. *Catálogo de Filmes da Agência Nacional (1950-1979)*. Volume 1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007a.

ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. Seção de Documentos Sonoros e de Imagens em Movimento. *Catálogo de Filmes da Agência Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000a.

ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. Área de Imagens em Movimento. *César Nunes: Catálogo de Filmes*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007b.

ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos (CODAC). *Relatório de Gestão (1980-1984)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985b.

ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos (CODAC). Equipe de Processamento Técnico de Documentos Audiovisuais, Sonoros e Musicais. *Apresentação*. 2018. 22 slides.

ARQUIVO NACIONAL. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos (CODAC). Equipe de Processamento Técnico de Documentos Audiovisuais, Sonoros e Musicais. *Apresentação*. 2018. 22 slides.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. *Relatório anual de 1987*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. *Relatório anual de 1988*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. *Relatório de gestão 1985-1989*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1989.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. *Relatório de janeiro de 1983*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1983a.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. *Relatório de fevereiro de 1983*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1983b.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. *Relatório de março de 1983*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1983c.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. *Relatório de abril de 1983*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1983d.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. *Relatório de maio/junho de 1983*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1983e.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. *Relatório de julho/agosto de 1983*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1983f.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. *Relatório de setembro de 1983*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1983g.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Se-

ção de Filmes. *Relatório anual das atividades de 1983*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1984.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. *Relatório anual de 1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1986.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção de Filmes. *Relatório de gestão (1980-1984)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985a.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção Iconográfica e Cartográfica. *Relatório semestral de 1981*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1981.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentação Audiovisual. Seção Iconográfica e Cartográfica. *Relatório de outubro de 1982*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1982b.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentos Audiovisuais. Setor de Documentos Sonoros, Cine e Vídeo. *Relatório de atividades janeiro-dezembro de 1994*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1994.

ARQUIVO NACIONAL. Divisão de Documentos Audiovisuais. Setor de Documentos Sonoros, Cine e Vídeo. *Relatório de atividades janeiro/julho 1995*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

ARQUIVO NACIONAL. Equipe de Processamento Técnico de Documentos Audiovisuais, Sonoros e Musicais. *Guia de fundos e coleções imagens em movimento*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020.

ARQUIVO NACIONAL. Equipe de Processamento Técnico de Documentos Audiovisuais, Cartográficos, Sonoros e Musicais. *Relatório de Atividades Dezembro de 2017*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

ARQUIVO NACIONAL. *Mensário do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, 1982a. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 6 jul. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Atividades 2018*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

ARQUIVO NACIONAL. *Relatório de Atividades de 2006*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007c.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520. *Informação e documentação: citações em documentos; apresentação*. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724. *Informação e documentação: trabalhos acadêmicos; apresentação*. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023. *Informação e documentação: referências; elaboração*. Rio de Janeiro, 2018.

BRANDÃO, Ana Maria de Lima Brandão; LEMES, Paulo de Tarso Dias Leite Paes. Documentação especial em arquivos públicos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, jan./jun. 1986.

BRASIL, Ministério da Justiça. Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República. *Apresentação*. Brasília, DF, [20--?]. Disponível em: http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp. Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a polí-

tica nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, p. 455, 9 jan. 1991.

BRASIL. Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5, no inciso II do § 3 do art. 37 e no § 20 do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, ed. Extra, 18 nov. 2011.

BRASIL. Medida Provisória Nº 2.049-20, de 29 de junho de 2000. Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, p. 41, 30 jun. 2000.

CIRNE, M, T; FERREIRA, S, M. A ética para os profissionais da informação audiovisual: o devir tecnológico amoldar uma atitude. *Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação Cadernos BAD*: Revista da APBAD, Lisboa, n.1. p.115-129, 2002.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CENEN). *Quem somos*, [20--?]. Disponível em: <http://www.cnen.gov.br/quem-somos>. Acesso em: 3 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). *Glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros*. Rio de Janeiro: 2014b.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução nº 41, de 9 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos SINAR, visando a sua preservação e acesso. *Diário Oficial da União*: 11 de dezembro de 2014a.

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.

COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (Org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 17-81.

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000, p. 217-231.

COSTA, Rostand; SOUZA FILHO, Guido Lemos de; BECKER, Valdecir; MALAGUTI, Alvaro. Estratégias para criação de uma rede nacional de preservação digital para acervos audiovisuais brasileiros. In: Heffner, Hernani; Hallak, Raquel; Hallak, Fernanda. (Org.). *Reflexões sobre preservação audiovisual/10 anos da CineOP: mostra de cinema de ouro preto*. Belo Horizonte: Ed. Universo Produções, 2015. (Coleção Cinema sem Fronteiras).

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos

como prova de ação. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

EDMONDSON, Ray. *Arquivística audiovisual: filosofia e princípios*. Paris: UNESCO/UNISIST, 2017.

EISENSTEIN, Sergei. O sentido do filme. Tradução: Teresa Ottoni. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

JARDIM, José Maria. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980. In: MARQUES, A. A. C.; RODRIGUES, G. M.; SANTOS, P. R. E. (Org.). *História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*. Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.

MARTIN, Marcel. A linguagem cinematográfica. Tradução: Paulo Neves, Sheila Schwartzman. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MOLINARI JÚNIOR, Clóvis. Depoimento concedido à ONG SER Cidadão. Rio de Janeiro, 19 mar. 2019. [A entrevista encontra-se transcrita no Anexo "A" desta dissertação].

MOLINARI JÚNIOR, Clóvis. Entrevista a Viviane Gouvêa. *Revista Arquivo em Cartaz*, Rio de Janeiro, p. 92-99, 2017.

NASCIMENTO, Luana de Almeida. *A preservação da organicidade da informação arquivística*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

NEVES, Agnaldo. Entrevista concedida a Walmor Martins Pamplona. Rio de Janeiro, 5 maio 2020. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "B" desta dissertação]

Organização Mundial da Propriedade Intelectual. *Glossário do direito de autor e dos direitos vizinhos*. Genebra: OMPI, 1983.

PAMPLONA, Walmor Martins (2020). *Documentos audiovisuais nos arquivos: um estudo sobre a trajetória da Seção de Filmes do Arquivo Nacional*. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) — PPGARQ, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

PAULA, Christiane Jalles de. *O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais: IPES*. Rio de Janeiro: FGV CPDOC online, [20--?]. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais. Acesso em: 3 set 2020.

QUENTAL, J. L. A. *A preservação cinematográfica no Brasil e a construção de uma cinemateca na Belacap: a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro*. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*. Tese (Doutorado em História) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950. In: MARQUES, AAC; RODRIGUES, GM; SANTOS, PRE (org.). In: *História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção cien-*

tífica. Associação dos Arquivistas Brasileiros, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS NETO, A. L.. Entrevista concedida a Walmor Martins Pamplona. Rio de Janeiro, 20 maio 2020. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "C" desta dissertação]

SILVA, L. A. S.; MADIO, T. C. C. Documentos audiovisuais são arquivos? Reflexões a partir de conceitos clássicos e contemporâneos. *Florianópolis, Agora*, v. 23, p. 35-56, 2013.

SILVA, Luiz Antonio Santana da. *Abordagens do documento audiovisual do campo teórico da arquivologia*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2013.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. A câmaratécnica de documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais do Conselho Nacional de Arquivos. In: BLANCO, Pablo Sotuyo; SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de; VIEIRA, Thiago de Oliveira. *Ampliando a discussão em torno de documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais*. Salvador: EDUFBA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20828>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). *Estrutura*. Brasília, DF: [20--?]. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Mapas_Livres_Painel_Resultado.asp?v_orgao_id=8594&v_CodigoOrgao=258%20-%20%20-%20arquivo%20nacional&v_aba=1. Acesso em: 28 mar. 2020.

Souza, Carlos Roberto de. *A Cinemateca Brasileira e a preservação de filmes no Brasil*. 2009. Tese (Doutorado) – Departamento de Cinema, Televisão e Rádio, Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 2009.

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan./jul. 2006.

VIEIRA, Thiago de Oliveira. *Os documentos especiais à luz da Arquivologia Contemporânea: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação de Documentos e Arquivos (PPGARQ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

